

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1018783-52.2015.8.26.0566/01 - Ordem 223/2016**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença Contra A Fazenda Pública - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Otávio dos Reis Domingues e outro**  
 Executado: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de cumprimento definitivo de sentença, proposto por **O. dos R. D.**, representado por seu genitor em face do **Município de São Carlos**.

Aduz em síntese, que por existir sentença com resolução de mérito, confirmada por acórdão e revestida da coisa julgada, o executado não poderia ter interrompido o fornecimento do medicamento, insumos e alimentação especial.

Pugnou ao final pelo cumprimento da sentença para que o executado fornecesse o medicamento, insumos e alimentação especial, a que foi condenado, sob pena de multa diária.

Às folhas 218, foi recebido o pedido de cumprimento de sentença e determinada a intimação do executado para que no prazo de 15 dias, fornecesse o que fora pleiteado, comprovando-se nos autos em 72 horas, sob pena de multa diária, fixada em R\$ 250,00, limitada a trinta dias, cujo termo inicial foi o da intimação pelo DJe. No caso de descumprimento da obrigação imposta, foi alertado ao executado a possibilidade de condenação em litigância de má-fé.

O Município foi intimado em 08/02/2017 e ofertou impugnação em 14/02/2017, que encontra-se juntada às folhas 224/240.

Aduziu a falta de caução e ausência de interesse de agir, por inadequação da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

via eleita. No mérito, que não há inadimplência por parte do Município, mas "tão apenas problemas e entraves de ordem burocrática-administrativa" (folhas 229) e que a responsabilidade por medicamentos não padronizados seria da Fazenda do Estado de São Paulo. Ademais, não haveria que se cogitar em má-fé, pois "a DPE deveria ter um pouco mais de consideração institucional para com o ente público municipal, mormente em matéria de judicialização da Saúde" (folhas 233) e que a genitora do exequente teria informado que possuía os medicamentos em virtude de bloqueio judicial, bem como não há que se falar em crime de desobediência, devendo, para tanto, ser afastado o crime de desobediência ou a multa aplicada. Por fim, não poderia ser cogitado o sequestro das verbas públicas, pois os bens públicos são impenhoráveis.

Devidamente intimado, o exequente se manifestou às folhas 255/257 pugnando pela sua rejeição.

Eis a síntese do necessário.

**DECIDO.**

**Da caução**

Na lição de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, Comentários ao código de processo civil {livro eletrônico}, coordenadores. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, 1ª ed. em e-book, p. 1.348, tópico 3, inciso IV:7:

"A caução só é exigível para o levantamento da importância depositada, para a alienação do domínio ou, ainda, para a prática de atos dos quais possa resultar grave dano ao executado como, por exemplo, anulação de ato ou negócio jurídico, cancelamento de alteração societária,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

averbação de anulação ou de divórcio no assento  
do casamento etc. "

Assim, compete ao magistrado na análise da impugnação ao cumprimento da sentença mensurar a real necessidade da prestação da caução.

Atento ao princípio da proporcionalidade, verifica-se a desnecessidade da prestação da caução.

Da análise dos autos, tem-se que o processo tramitou sob os benefícios da assistência judiciária gratuita, o que já demonstra a impossibilidade de tal prestação. Não fosse isso motivação suficiente, a própria necessidade de ingressar no Poder Judiciário para requerer a efetivação do direito público subjetivo à saúde, previsto na Constituição Federal, também seria motivação para tal dispensa, pois ficou demonstrado que o exequente não possui condições financeiras favoráveis para a compra do medicamento, insumos e alimentação especial.

Outrossim, o direito à saúde se sobrepõe ao próprio interesse público, de forma que o resultado de grave dano de difícil ou incerta reparação se mostra latente para o exequente, que se vê privado da medicação e não para o executado, que não vem cumprindo corretamente a obrigação que lhe foi imposta em sentença e posteriormente confirmada em duplo grau de jurisdição.

Assim, fica dispensada a caução.

**Da ausência de interesse de agir**

Na impugnação "a cognição é restrita, no plano horizontal: existem limitações quanto às matérias alegáveis. O legislador enumera os temas que podem ser objeto da impugnação, e o devedor não pode fundá-los em outros, não previstos, sob pena



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de ser rejeitada de plano” (Gonçalves, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado. 6. ed.- São Paulo: Saraiva, 2016, p. 804).

Isso ocorre, em virtude da fase executiva ter sido precedida da fase de conhecimento, onde houve o contraditório efetivo e pleno.

Assim, não há que se falar em ausência de interesse de agir, por inadequação da via eleita. Ora, se a antecipação dos efeitos da tutela tivesse sido cumprida e viesse sendo cumprida por parte do Município, não teria se mostrado pertinente a propositura do presente incidente.

Ademais, diferentemente do alegado pelo impugnante, não seria uma simples petição indicando o atraso que resolveria o problema, pois o próprio Município reconhece a interrupção, conforme documento juntado às folhas 242.

Por fim, frise-se que há necessidade de serem observadas as regras específicas para cumprimento de sentença, em especial o Comunicado CG nº 438/2016, do Egrégio Tribunal de Justiça.

Rejeito pois, tal preliminar.

### **Do mérito**

No mérito, melhor sorte também não assiste à impugnante.

Com o devido acatamento, sustentar que “não há, em realidade, uma inadimplência por parte do Município; mas tão apenas problemas e entraves de ordem burocrático-administrativa” (folhas 229) é um total desrespeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral à criança e ao adolescente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ao Estado compete disponibilizar integralmente o direito público subjetivo à saúde. Norma, aliás, de cunho fundamental, aplicabilidade imediata e eficácia plena.

No presente caso, o que se observa é o contrário e, para tanto, basta atentar-se parar a impugnação do próprio executado, uma vez que, o exequente não se trata da Defensoria Pública, mas sim de advogado particular e, mais, a Fazenda do Estado de São Paulo não figurou no polo passivo da ação principal, de modo que, a alegação do Município de não ser responsável pelo fornecimento de medicamentos não padronizados, é absolutamente incabível. Incabível, não só por esse motivo, mas também pela solidariedade imposta na matéria referente à saúde.

Despicienda também a alegação de observância aos requisitos da licitação, pois a antecipação dos efeitos da tutela foi concedida em 27/01/2016 (folhas 22/23), de maneira que, já houve tempo, mais do que suficiente para a efetivação da compra.

### **Da litigância de má-fé**

No tópico relativo à litigância de má-fé, excepcionalmente, o Município não será condenado, pois novamente, insiste que “a DPE deveria ter um pouco mais de consideração institucional com o ente público municipal” (folhas 233).

A recusa no fornecimento da medicação e principalmente no cumprimento de uma ordem judicial, que conta com o trânsito em julgado, já poderia de *per si* ser considerada litigância de má-fé por parte do vencido.

Contudo, atento para as diretrizes do atual Código de Processo Civil, em especial para o princípio da cooperação, da boa-fé processual, da duração razoável do processo e da busca pela atividade satisfativa, deixo de proceder à condenação do Município.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Do crime de desobediência e do *bis in idem***

Não há que se falar em crime de desobediência, conforme suscitado pelo Município, pois não foi alvo de menção na decisão que recebeu o pedido de cumprimento de sentença. Fica, portanto, prejudicado tal tópico, bem como o do *bis in idem*.

**Do sequestro das verbas públicas**

No que tange a alegação de impenhorabilidade dos bens públicos, resta totalmente descabida e prejudicada tal proposição formulada.

Primeiramente porque as medidas processuais adotadas por essa Vara da Infância e Juventude nunca foram no sentido de determinar a penhora de bens públicos.

As medidas adotadas sempre foram o sequestro das verbas públicas para dar efetivo cumprimento ao direito fundamental inserto na CF/88.

E quanto a possibilidade de sequestro das verbas públicas, o assunto não mais comporta discussões, visto que tal tema já foi alvo de julgamento sob o rito dos recursos repetitivos. Confira-se:

**Ementa:** PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ADOÇÃO DE MEDIDA NECESSÁRIA À EFETIVAÇÃO DA TUTELA ESPECÍFICA OU À OBTENÇÃO DO RESULTADO PRÁTICO EQUIVALENTE. ART. 461, § 5º. DO CPC. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE CONFERIDA AO JULGADOR, DE OFÍCIO OU A



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

REQUERIMENTO DA PARTE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. ACÓRDÃO SUBMETIDO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO 08/2008 DO STJ. 1. Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo, o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação. 2. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 08/2008 do STJ. (REsp nº 1069810/RS {Recurso Especial 2008/0138928-4}, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJ: 23/10/2013, DJe: 06/11/2013, RSTJ vol. 233 p. 40).

Por fim, no que tange a alegação do Município de que o medicamento não foi entregue em virtude de declaração da genitora do menor de que havia ocorrido o bloqueio judicial, tal não prospera.

Isso porque, o impugnante não juntou nenhum documento hábil assinado por um dos responsáveis do menor de que teriam se negado a retirar a alimentação especial.

Ademais, dos documentos juntados, somente os contidos às folhas 241 e 242 encontram-se legíveis.

Ante o exposto, REJEITO a impugnação apresentada pelo Município de São





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Carlos.

Considerando que até o presente momento não foi disponibilizado o medicamento, insumos e a alimentação especial, intime-se o exequente para que apresente o valor total para 06 meses de tratamento, sendo que fica desde já deferido o sequestro das verbas públicas para a respectiva aquisição.

Com o sequestro, expeça-se mandado de levantamento em favor do representante legal do exequente, que deverá comprovar nos autos a compra de toda a medicação com as notas fiscais apresentadas.

Sem prejuízo, deverá o exequente apresentar receituário atualizado de toda medicação a cada 06 meses junto à DAF.

Considerando a rejeição da presente impugnação, não é cabível a condenação em honorários advocatícios, conforme já decidido no RESp 1134186/RS, submetido ao julgamento do rito repetitivo, bem como na Súmula 519 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: “Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios”.

P. I.

São Carlos, 07 de abril de 2017.

Juiz de Direito: Dr. **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**